



O Militante

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

TRÊS PROBLEMAS DE ACTUALIDADE

A Assembleia Geral da ONU, que presentemente se está realizando, é um testemunho das transformações que se têm operado no mundo e da força crescente do campo socialista. A presença, na ONU, dos mais destacados dirigentes dos países socialistas e neutrais, a admissão de novos e numerosos estados africanos que acabam de conquistar a independência, o peso da voz do representante da URSS, camarada Kruschov e de outros representantes dos países socialistas bem como dos países asiáticos e africanos e de Cuba, a iniciativa diplomática nas mãos do campo socialista, — mostram bem a importância excepcional do momento que atravessamos e como a situação é favorável às forças democráticas e pacíficas.

A presente situação internacional confirma as Resoluções dos XX e XXI Congressos do P.C. da União Soviética, bem como as Declarações dos Partidos Comunistas e Operários e o Manifesto da Paz de 1957, acerca dos problemas da paz e da guerra e do caminho para o socialismo. O Partido Comunista Português subscreveu o Manifesto da Paz e apoiou inteiramente essas resoluções e declarações e a Comissão Política do CC reafirma, no momento presente, esse inteiro apoio.

1

A guerra pode e deve ser evitada

A política de coexistência pacífica da União Soviética tem sido um factor determinante da defesa da paz. De tal política têm resultado grandes benefícios para o prosseguimento vitorioso da construção do comunismo e do socialismo, para a libertação dos povos coloniais e dependentes, para o progresso do movimento operário internacional e para a luta geral contra o imperialismo.

As propostas de desarmamento feitas por Kruschov na Assembleia Geral da ONU são uma afirmação da superioridade do socialismo, de como o socialismo (ao contrário do capitalismo) pode e quer viver em paz. Os países socialistas, as classes trabalhadoras de todos os países, os povos que ascendem à independência, estão interessados no abrandamento da tensão internacional e na liquidação da « guerra fria » e apoiam a política de coe-

xistência pacífica e em especial as propostas de desarmamento da União Soviética.

Afirmar que o desarmamento é uma « utopia » e concluir daí que as propostas de desarmamento são apenas um instrumento diplomático e não uma real reivindicação política é esquecer as transformações que se têm operado e se estão operando na situação mundial e menosprezar a força do campo socialista e do proletariado. Tal concepção, a ser seguida, levaria amplas massas populares a desinteressarem-se da luta contra a corrida aos armamentos e a aceitarem como uma fatalidade a política belicista, agressiva e provocatória dos círculos mais reaccionários do imperialismo, que têm à sua frente os Estados Unidos. A luta pelo desarmamento é um aspecto essencial da luta pela paz e a luta pela paz é uma « tarefa primordial » na hora presente.

A política de coexistência pacífica não é uma política nova da União Soviética, mas uma política definida, defendida e realizada pelo próprio Lénine e prosseguida incansavelmente pela União Soviética através dos anos. A política de coexistência pacífica entre estados com regimes sociais diferentes nada tem que ver com uma pertensa « coexistência pacífica » entre classes antagónicas, conforme pretendem os revisionistas. A coexistência pacífica entre estados, não só não desmente, como é uma expressão da luta de classes. A força crescente do campo socialista torna cada vez mais viável e necessária a coexistência pacífica. Os imperialistas não a desejam, mas os povos podem impor-lha.

A luta pela paz não pode ter actualmente o objectivo restrito de dificultar ou atrasar a guerra, mas de impedi-la de facto. A força crescente do campo socialista, tendo à sua frente a União Soviética, o enfraquecimento progressivo do mundo capitalista, o desmoronamento do sistema colonial e a libertação de grande número de nações, o ascenso do movimento operário mundial e a amplitude da luta dos partidários da paz, criam condições favoráveis para anular os planos de agressão dos imperialistas e impor a paz no mundo.

A tese de Lénine da inevitabilidade da guerra era justa nas condições em que Lénine a formulou, quando o capitalismo era o sistema dominante em todo o mundo. Os imperialistas tinham então com-



pletado a ocupação do nosso planeta, de forma que no futuro só uma redivisão era possível. Hoje a situação apresenta-se de forma diversa: o capitalismo deixou de ser um sistema universal, o campo socialista estende-se a países com 1 bilião de habitantes, numerosos países, ainda ontem coloniais e dependentes, alcançam a independência e o movimento do proletariado e dos seus aliados é extraordinariamente mais poderoso nos países capitalista. Uma grande parte do mundo deixou de estar partilhada entre os imperialistas e só lunáticos poderiam pensar sequer na possibilidade de «redistribuir o mundo» entre os imperialistas ou de o reconquistar para eles.

Nos princípios do século, o problema da partilha e posse do mundo era um problema que os imperialistas discutiam entre si. Hoje o problema do domínio imperialista é um problema que os imperialistas têm de discutir com os próprios povos coloniais e dependentes e com o campo socialista que apoia estes. A luta por mercados, fontes de matérias primas e zonas de influência é ainda uma luta aguda entre as grandes potências imperialistas e susceptível de conduzir a choques e conflitos entre elas. Entretanto, a sua fraqueza crescente e a força crescente do campo socialista e dos movimentos nacionais-libertadores obriga-os já em alguns casos (como no caso do Congo) a «associação» em empreendimentos comuns de dominação colonial onde entretanto os seus interesses se defrontam. Esse facto atesta, não a força, mas a fraqueza crescente do imperialismo. As contradições entre as potências imperialistas subsistem. Mas o poderio económico e militar do campo socialista impedem de recorrerem à guerra para resolverem os seus conflitos, pois elas não ignoram que uma tal guerra conduziria ao total e rápido colapso universal do capitalismo.

O imperialismo não perde, nesta nova situação, as suas características essenciais genialmente definidas por Lênine. Continua a ser um sistema que vive da opressão e da agressão e numerosos casos de agressão e de intervenção armada desde o fim da segunda guerra mundial bem o testemunham. Enquanto existir imperialismo, existirá a possibilidade de choques e conflitos armados e de tentativas de guerras de conquista e dominação. Mas as forças da paz são suficientemente poderosas para poder impedir, não só a eclosão duma guerra mundial, como, (em muitos casos) o desencadeamento de «pequenas guerras» de agressão, que, por sua vez, podem conduzir a uma guerra mundial como o mostram os casos do Egipto, da Síria, do Líbano, do Iraque e outros, a guerra não só é evitável, como já tem sido evitada.

Entre as diversas contradições, a existente entre o sistema mundial do capitalismo e o sistema mundial do socialismo é hoje a «contradição central». Poderá ela conduzir à guerra? Tal perigo continua sem dúvida a existir. Há círculos imperialistas que sonham com uma guerra de agressão contra o mundo socialista, guerra que, com uma vitória militar,

fizesse rodar para trás meio século a roda da história e riscasse do mapa os países socialistas. Mas se, anos atrás, quando da criação da NATO, ainda muitos belicistas acreditavam nessa viabilidade, hoje, com o aumento do poderio da URSS, que se tornou a primeira potência militar do mundo, com os grandes progressos de todo o campo socialista e com a existência de grande número de países neutrais, só loucos podem pensar nisso. Os progressos da União Soviética e do mundo socialista são tais, a correlação de forças acentua-se de tal modo em favor do socialismo, que (com o prosseguimento da política de coexistência pacífica da URSS) e de todo o campo socialista se tornará cada vez mais remota a possibilidade dos imperialistas desencadearem a guerra mundial. Nas palavras de Kruschov ao XXI Congresso do PCUS, «antes mesmo da vitória total do socialismo sobre a terra, mesmo mantendo-se ainda o capitalismo numa parte do mundo, surgirá a possibilidade real de excluir a guerra mundial da vida da sociedade».

Afirmar que a guerra se pode evitar não é rever Lênine, como pretende o dogmatismo, mas ser leninista. Manter que a guerra é inevitável nas condições actuais é, sob a aparente fidelidade a textos de Lênine, roubar ao leninismo a sua ligação à vida. É a segunda e não a primeira concepção que é efectivamente revisionista. Defender, na situação actual, que a guerra é inevitável, seria criar nas massas populares uma ideia fatalista que as afastaria da luta pela paz e contra os planos agressivos dos imperialistas e as levaria a uma posição de expectativa ou de conformação perante os desejos e acções dos círculos ultra-reaccionários e belicistas. A ideia da inevitabilidade da guerra, se fosse aceite pelo mundo socialista, conduziria, na política externa dos países socialistas, a uma orientação cheia de perigos. A «guerra fria» e a corrida aos armamentos convém aos imperialistas, não aos países socialistas e ao proletariado mundial. A política de coexistência pacífica, pelo desarmamento, pelo termo da guerra fria, pelo desarmamento, é a que melhor serve os interesses do proletariado e de todos os povos amantes da paz.

A questão da paz ou da guerra é uma questão que afecta profundamente o povo português. O governo fascista de Salazar põe Portugal ao serviço dos imperialistas e militaristas anglo-americanos. Os Estados Unidos conservam as suas bases agressivas nos Açores e no Continente português. Forças militares portuguesas integradas na NATO estão ao dispor dos aventureiros do Pentágono. Procurando manter a escravidão dos povos das colónias portuguesas, o governo envia para estas uma grande parte das forças armadas, equipa e treina unidades especiais (paraquedistas, caçadores, etc.), reorganiza a aviação e prepara-se febrilmente para guerras coloniais. A política de guerra do governo fascista é contrária aos interesses do povo português e de Portugal como nação independente e o povo português não quer que uma tal política seja consumada. As guerras para que o governo

fascista se prepara também não são inevitáveis. Os seus planos, encontrarão não só a oposição poderosa das forças da paz de todo o mundo, mas ainda, como factor decisivo, a luta do povo português. Em especial no que respeita às guerras coloniais, o povo português pode com a sua luta impedir a realização dos criminosos planos agressivos nas colónias portuguesas.

2

A eliminação completa do regime colonial está na ordem do dia

Na assembleia Geral da ONU, Kruschov propôs que as Nações Unidas façam uma declaração para a *«concessão imediata a todos os países coloniais, territórios sob curadoria e outros territórios não-autónomos, de completa independência e liberdade na edificação dos seus próprios estados nacionais, em conformidade com a vontade e desejo livremente expressos pelos seus povos»*. *«O próprio curso do desenvolvimento histórico (salienta-se) levanta, presentemente, a questão da eliminação completa e final do regime colonial em todas as suas formas e manifestações, não em qualquer altura, num futuro distante, mas imediatamente e incondicionalmente»*.

Esta proposta tem importância e significado históricos. O próprio facto de ser feita nas Nações Unidas traduz as profundas transformações operadas no mundo desde o fim da segunda guerra mundial. O imperialismo está sendo batido na Ásia e em África e começa a ser posto em cheque na América Latina. O imperialismo tem ainda, é certo, fortes posições. Os colonialistas procuram ainda manter pela força o regime colonial nas suas formas tradicionais, sempre que possível, ou em formas novas, quando incapazes de manter aquelas. Isso torna-se porém dia a dia mais difícil, pela acção dos movimentos nacionais-libertadores, pela acção da poderosa União Soviética e dos demais países do campo socialista, pela intervenção na arena internacional dum número crescente de nações que se vão libertando do jugo imperialista, pelo movimento operário e dos partidários da paz. No Congo, os colonialistas belgas (auxiliados e acicatados pelos Estados Unidos e pelos colonialistas ingleses, franceses e portugueses) procuram desesperadamente abafar a independência do bravo povo congolês. Não o conseguirão entretanto. Se as poderosas forças anti-imperialistas e pacíficas se opuserem unidas a que o façam, a sua tentativa criminosa será anulada.

Vivemos numa época única na história da humanidade. A libertação do jugo colonial de nações com centenas de milhões de habitantes, que durante séculos foram sujeitas à exploração e opressão mais bestiais, anuncia a derrocada do imperialismo. Pela

primeira vez se podem colocar no terreno dos objectivos práticos imediatos as afirmações de que todos os homens são homens; de que não há homens nascidos para serem escravos e homens nascidos para serem senhores; de que não há nações superiores com direito ao mando e nações inferiores destinadas à obediência e à subjugação. O colonialismo chega ao fim dos seus dias. Está na ordem do dia, não apenas a luta libertadora desta ou daquela nação escravizada, mas a *«eliminação completa e final do regime colonial em todas as suas formas e manifestações, imediata e incondicionalmente»*.

Os povos que lutam pela sua independência têm hoje a apoiá-los as mais poderosas forças do mundo. O curso do desenvolvimento histórico no sentido da emancipação dos povos ainda sujeitos ao domínio colonial é inevitável e completar-se-á a curto prazo. O regime colonial, que se desmoronou na Ásia, está presentemente a desmoronar-se em África. A conquista da independência por numerosos países ainda ontem submetidos à escravidão colonial, a luta emancipadora que muitos outros travam com sucesso, indicam que a hora está próxima em que toda a África será libertada do colonialismo.

O governo fascista de Salazar recusa-se cegamente a reconhecer a realidade do mundo em que vivemos, recusa-se a compreender o curso dos acontecimentos e (atizado pelos colonialistas portugueses e pelas grandes potências imperialistas Estados Unidos, Inglaterra e França) procura a todo o preço manter a dominação colonial que em nada beneficia o povo português, mas apenas os negreiros portugueses e os grandes monopólios internacionais. Na sua cegueira e obstinação, Salazar recusa-se inclusivamente a tomar a «atitude compreensiva» que alguns países imperialistas têm tomado e procura rigidamente manter o domínio colonial nos moldes tradicionais, negando cinicamente que os povos das colónias portuguesas não sejam portugueses, mascarando as colónias portuguesas com o nome de «provincias ultramarinas», e preparando-se febrilmente para o desencadeamento de guerras coloniais com o objectivo (condenado ao fracasso) de afogar em sangue o inevitável movimento emancipador das colónias portuguesas. Acções terroristas em larga escala contra os povos africanos, asiáticos e da Oceania sob domínio salazarista começaram já em Angola, Moçambique, S. Tomé, Guiné, Goa e Timor.

Os fascistas afirmam agir por patriotismo, acusam de «traição à pátria» os portugueses que apoiam os justos anseios dos povos coloniais, mas a verdade é que a sua política colonialista é uma política anti-portuguesa, que faz pesar sobre Portugal ameaças sombrias. Salazar e os seus acólitos não defendem os interesses do povo português e da nação portuguesa, mas apenas os interesses de meia dúzia de grandes grupos financeiros portugueses e estrangeiros que exploram, não só os po-



vos coloniais, como também o povo português. A política «imperial» de Salazar é uma política anacrónica, que não tem em conta as mudanças que se deram e estão dando no mundo. Os defensores do domínio colonial são inimigos do povo português e da nação portuguesa. Os verdadeiros patriotas são aqueles que defendem com desassombro o direito dos povos das colónias portuguesas à auto-determinação, ou seja, o seu direito à independência. Os acontecimentos em breve lhes darão razão.

Salazar, que hoje conta com o apoio e incitamento das potências imperialistas, será cada vez mais isolado e quebrará os dentes nas colónias. A hora das colónias portuguesas está próxima. Nem a repressão mais terrorista (como está já sendo praticada), nem guerras coloniais (como se preparam) poderão impedir o acesso das colónias portuguesas à independência. A política de Salazar, além de trazer para Portugal a vergonha e o opróbrio, além dos crimes contra os povos coloniais (que o povo português considera como povos amigos e iguais), será pesadamente paga pelo povo português, provocará graves dificuldades a Portugal e agravará ainda a sua situação como país dependente das grandes potências imperialistas. A política colonial do governo fascista e em especial a sua preparação para guerras coloniais, não só constitui um crime contra os povos coloniais, como um crime contra o povo português e a nação portuguesa, pois ameaça sacrificar milhares de jovens em guerras injustas, e representa para Portugal a ruína económica e graves perigos para a própria independência.

A única política portuguesa verdadeiramente nacional e patriótica consiste em reconhecer o direito à independência dos povos das colónias portuguesas, e tomar medidas práticas com vistas à efectivação desse direito.

O ascenso e vitórias da luta contra o imperialismo têm ainda outro significado para os portugueses. Se Portugal é, por um lado, um estado colonizador, a nação portuguesa é, por outro lado, uma nação colonizada. As mais importantes riquezas nacionais encontram-se nas mãos dos imperialistas estrangeiros (ingleses, americanos, franceses e outros) que exploram o povo português como se fora um povo colonial. A dependência económica de Portugal traduz-se também numa dependência política, estando hoje o país atrelado aos interesses das grandes potências imperialistas e sendo a política de Salazar uma peça da política dos Estados Unidos. A exploração de Portugal pelos imperialistas estrangeiros e a dependência política de Portugal são também uma forma e uma manifestação do domínio imperialista cuja eliminação é uma das tarefas essenciais que se coloca ante toda a nação portuguesa.

A luta para que as colónias portuguesas seja reconhecido o direito à independência, têm de associar-se a luta da nação portuguesa contra o imperialismo estrangeiro. A independência dos povos das colónias portuguesas, e a conquista da verdadeira independência para Portugal, são dois objectivos fundamentais, do povo português no momento presente.

A via pacífica para o socialismo e o derrubamento da ditadura fascista

O mundo caminha irresistivelmente para o socialismo e o comunismo. Mas «a revolução não se exporta». E ao proletariado de cada país que cabe a tarefa de realizar a sua própria revolução. Já houve quem dissesse que, sendo a guerra mundial o fim do capitalismo, não seria forçoso aguardar o amadurecimento das condições revolucionárias em cada país. Tal posição não é correcta. Não só o proletariado não pode ser indiferente às terríveis destruições e sacrifícios de vidas que, com os actuais armamentos, uma guerra mundial provocaria, como tais destruições e sacrifícios atrasariam longos anos a marcha para o socialismo e o comunismo. O campo socialista precisa de paz. Pretender derrotar o capitalismo através duma guerra mundial, seria uma aventura, própria de discípulos de Bonaparte, não de discípulos de Marx, Engels e Lênine. O socialismo triunfará internacionalmente na competição pacífica internacional.

As alterações na correlação de forças mundial indicam a viabilidade duma maior diversidade das formas de desenvolvimento do capitalismo para o comunismo e tornam possível encarar como uma possibilidade prática a passagem pacífica para o socialismo em diversos países.

A passagem pacífica para o socialismo não é apenas uma possibilidade de hoje. Primeiro Marx e Engels, depois Lênine, sublinharam tal possibilidade em condições sociais e políticas determinadas. De Fevereiro a Julho de 1917, os bolcheviques lutaram pelo desenvolvimento pacífico da revolução, pois tal significava nesse período a consigna «*tudo o poder aos Soviètes*» e, ainda em princípios de Outubro de 1917, Lênine admitia nova possibilidade de desenvolvimento pacífico. As profundas alterações na correlação de forças entre o socialismo e o capitalismo na escala mundial criaram condições mais favoráveis para que, num ou noutro país, se possa verificar a possibilidade da transição pacífica do capitalismo para o socialismo. O XX Congresso do PCUS, assim como a Declaração dos Partidos Comunistas e Operários sublinham-no com toda a justeza.

É certo que os capitalistas farão tudo para impedir o desenvolvimento pacífico para o socialismo e em muitos casos, poderá impor-se a insurreição armada. Mas a questão não é tanto a de saber se os capitalistas **querem** impedir o desenvolvimento pacífico para o socialismo, mas se (em determinadas condições) **podem** de facto impedi-lo. As possibilidades de transição pacífica do capitalismo para o socialismo serão tanto menos «raras» quanto mais forte for o campo socialista e mais fraco o mundo capitalista. A via pacífica para o socialismo não é apenas uma eventualidade que se pode aguardar, como também um processo que as lutas populares podem criar. Dizer apenas que os comunistas não renunciarão a uma via pacífica que se «apresenta»

é uma nova forma do culto da espontaneidade. Os comunistas não só não devem renunciar a tal possibilidade quando ela se apresenta, como podem em muitos casos lutar para que ela se abra. Alguns que negam de facto tal possibilidade dizem que «a questão não é de saber se o proletariado deseja uma solução pacífica, mas se a burguesia a aceitará». Esta fórmula não é correcta. Em condições favoráveis para o desenvolvimento pacífico para o socialismo, a questão não é de saber se a burguesia não aceita a solução pacífica, mas se o proletariado terá força bastante para impo-la.

A via parlamentar pode, em condições determinadas, dar possibilidade de conquista do poder pelo proletariado. Seria porém ilusório supor que bastaria para tal conquistar a maioria no Parlamento. Uma outra condição é necessária: que o movimento revolucionário de massas esteja em condições de paralisar a acção do aparelho do Estado burguês contra esse Parlamento e de transformar e destruir a máquina militar e burocrática da burguesia. No mundo de hoje, essas condições podem vir a verificar-se em alguns países e os comunistas não devem perder de vista tal possibilidade. O mau seria se se generalizasse a crença nessa possibilidade, sem ter em conta as condições concretas, se se pensasse que ela é «inevitável», que se «oferecerá» necessariamente por si e em todos os países. Isso corresponderia a alimentar ilusões legalistas e constitucionais, a enveredar pelo «seguidismo» e o oportunismo, a afastar as massas da luta revolucionária e a caminhar para dolorosos fracassos.

A admissão da possibilidade da transição pacífica do capitalismo para o socialismo em alguns países e em determinadas condições é problema diverso do do derrubamento duma ditadura fascista por meios pacíficos. Em Portugal, a ditadura fascista mantém um estado fortemente centralizado, um poderoso aparelho militar e policial, uma repressão constante contra as forças populares e democráticas, a completa ausência de liberdades, a inexistência de eleições dignas desse nome. O governo de Salazar responde constante e insistentemente com a mais feroz violência às mais ligeiras reclamações económicas, políticas ou culturais do povo português. O desenvolvimento do movimento democrático é, nas suas mais ligeiras manifestações, sujeito à política terrorista do governo e prejudicado por ela.

Está excluído, em tais condições, que o governo possa ser derrubado sem um choque armado violento? Não, tal possibilidade não está excluída. Não está excluído que a amplitude e força do movimento popular venham a impor (em condições políticas muito especiais) uma mudança de governo e de regime sem o recurso à insurreição armada. A admissão dessa possibilidade não deve porém afastar a atenção da eventual necessidade de recorrer a meios não-pacíficos. Acreditar que a via pacífica para o derrubamento do fascismo é não só possível como a mais provável, espalhar ideias acerca das vias legais e constitucionais para derrubar um regime que nem sequer respeita a sua constituição e as suas leis, é semear perigosas ilusões, diminuir

a vontade combativa das massas populares, conduzir as forças democráticas à passividade e ao oportunismo. A crença na desagregação inevitável do fascismo a curto prazo, numa «desagregação irreversível» do fascismo, favorece tais ilusões e constitui um factor prejudicial para o desenvolvimento do movimento democrático popular.

Não é de contar, nas condições presentes, e muito especialmente pelas incidências do problema colonial, com um abrandamento da política de terror do governo fascista, mas com a sua intensificação. Não é de esperar uma «liberalização» do regime por iniciativa de Salazar. As forças democráticas têm de se preparar para lutas duras e difíceis. Nessas condições, a associação do trabalho legal e ilegal tem particular importância. Ao mesmo tempo que se devem aproveitar as mais ligeiras possibilidades de actuação legal e fazer por alargá-las, ao mesmo tempo que se deve reforçar a luta política no terreno «electoral» fascista, a luta nos Sindicatos Nacionais e noutras organizações legais de massas, a luta legal nas mais variadas formas pelas reivindicações económicas, políticas e culturais do povo português, — deve também reforçar-se a actividade clandestina das organizações democráticas, devem reforçar-se as suas organizações clandestinas próprias e as suas organizações clandestinas unitárias. O desenvolvimento da organização e da acção democrática em todos os domínios, o desenvolvimento das lutas populares de massas, é a tarefa imediata e inadiável de todos os portugueses que desejam para Portugal as liberdades e a independência. O futuro curso da situação política e da luta popular dirá-se será possível derrubar o fascismo sem recorrer à força, ou se o recurso à força se virá a impor.

Apesar das difíceis condições de luta que as forças democráticas e os partidários da paz encontram em Portugal, a situação mundial evolui rapidamente em seu favor. Nem a repressão fascista conseguirá impedir o ascenso vitorioso do movimento democrático português, nem a estabilização temporária e precária do regime fascista de Salazar ilude a fragilidade da sua existência no mundo de hoje. Os países socialistas são um factor decisivo na política mundial e o reforçamento da sua unidade nos domínios ideológico, político, económico e diplomático (unidade que se deve defender como o mais precioso dos bens) torná-los-á cada vez mais poderosos. O internacionalismo proletário reforça-se. Em todo o mundo conquistam a liberdade e a independência povos sujeitos durante séculos à dominação colonial. Pela própria evolução histórica, os regimes reaccionários têm os seus dias contados. A luta será ainda difícil. Em muitos casos, como em Portugal, serão ainda necessários duros sacrifícios. A vitória está porém assegurada. Nada poderá deter a roda da história no sentido da liberdade da democracia e da paz.

Setembro de 1960

A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português

RESOLUÇÕES

DA COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL

(Setembro de 1960)

Sobre problemas de organização

1— A Comissão Política verifica que há muitos anos os problemas de organização têm sido sistematicamente menosprezados no Partido, incluindo na sua Direcção central. Esse menosprezo não pode desligar-se de concepções políticas incorrectas que se introduziram na orientação partidária, designadamente a concepção da «desagregação irreversível» da ditadura fascista como factor decisivo da solução do problema político português, — concepção essa que conduziu à crença num certo automatismo na queda do fascismo e à subestimação do papel da classe operária e do Partido no movimento democrático nacional.

2— O menosprezo pelo trabalho de organização tem-se manifestado na ausência de debates nos organismos de direcção (incluindo o CC) dos problemas de organização, na generalização do desinteresse por esses problemas, na conformação com as debilidades orgânicas ao longo dos anos e sua constante ocultação, no facto de a imprensa do Partido ter quase deixado de abordar problemas de organização e ter quase deixado de dar consignas de organização. O menosprezo pelo trabalho de organização (ligado a erradas concepções políticas) deve considerar-se uma das causas fundamentais da estagnação e retrocesso da organização partidária nos últimos anos, apesar de condições objectivas favoráveis ao desenvolvimento do Partido.

3— A Com. Pol. verifica que os efectivos do Partido se conservam praticamente estacionários há cerca de 8 anos, não se acusando, no recrutamento, reflexos da situação política. O número de membros do Partido corresponde actualmente a menos de um quarto do máximo verificado na vida clandestina do Partido. Este grave recuo dos efectivos do Partido representa um real enfraquecimento, que se reflecte nas dificuldades de acção política do Partido.

4— O panorama geral da organização apresenta graves lacunas. Há províncias onde só existem contactos dispersos; há importantes cidades e centros industriais onde não existe organização. Uma tal situação mantém o Partido isolado da grande massa dos trabalhadores portugueses e da população em geral, limita a sua influência e impede de facto a sua acção directiva no plano nacional.

5— A Com. Pol. verifica também que, além de numericamente fraca, a organização do Partido não

se encontra no geral estruturada. Salvo alguns casos, não existem organismos colectivos de direcção regional, os comités locais são pouco numerosos, a grande maioria das células não tem qualquer trabalho organizado. As ligações individuais são o aspecto mais característico da orgânica partidária no momento presente. A falta de estrutura orgânica dificulta seriamente, não só o desenvolvimento da própria organização, como a realização das tarefas políticas, a mobilização de massas, o conhecimento, selecção e promoção de quadros.

6— A actividade do Partido está, em parte fundamental, a cargo dos funcionários do Partido, que constituem o núcleo mais forte do Partido ao qual se deve, em grande parte, a continuidade da acção partidária. Entretanto, duma maneira geral, os funcionários do Partido substituem, na sua actividade diária, os organismos intermédios e até de base, não muitas vezes porque não seja possível constituir estes, mas por hábitos de rotina e por viciação num trabalho individual. Este tipo de trabalho entra a estruturação e o desenvolvimento da organização e dos quadros e prejudica a actividade geral do Partido. A insistência neste tipo de trabalho ao longo dos anos conduziu à situação presente, em que o corpo de funcionários é desproporcionadamente pesado em relação à organização existente.

7— O atraso da organização e a falta da estrutura expõem mais facilmente os quadros do Partido (incluindo os da Direcção central) à acção repressiva do fascismo. A gravidade da situação conspirativa actualmente existente e as dificuldades em lhe pôr termo a curto prazo resultam, em grande parte, da falta de estruturação da organização e dos seus reflexos no estilo de trabalho.

8— As formas individuais e indirectas (agitação) de direcção das lutas de massas e a menor importância dada à constituição e acção regular de organismos de unidade das classes trabalhadoras têm dificultado a ligação do Partido com a classe operária e as massas e o recrutamento para o Partido. Isso explica que se tenham verificado importantes lutas de massas dirigidas pelo Partido, sem que se lhes seguisse qualquer recrutamento.

9— Salientando que o trabalho de organização é tarefa de todo o Partido, a Comissão Política indica como tarefas fundamentais de organização na situação presente:

- a) — correcção de concepções políticas que conduziram ao menosprezo do trabalho de organização e tratamento regular dos problemas de organização na imprensa do

Partido e em todos os escalões;

- b) — alargamento da organização do Partido aos principais centros populacionais, indústrias e agrícolas, onde ainda não existe, de forma a tornar-se uma verdadeira organização nacional;
- c) — estruturação orgânica, com a formação de comités regionais, comités locais, secretariados de células e outros organismos de direcção, cujo trabalho colectivo regular se deve tornar uma realidade;
- d) — recrutamento para o Partido de pessoas honradas e em especial de operários e camponeses provados nas lutas em defesa dos interesses da sua classe;
- e) — melhor conhecimento, selecção, educação e promoção de quadros;
- f) — formação e continuidade de acção dos organismos de unidade, que poderão ser, para muitos trabalhadores, um verdadeiro estágio para admissão ao Partido.

Sobre o movimento da Juventude

A Comissão Política, salientando as deficiências do trabalho partidário em relação à juventude, as debilidades políticas e orgânicas do movimento juvenil e a necessidade de prosseguir no Partido o debate deste problema, define algumas tarefas fundamentais imediatas.

1 — Que, sendo o movimento juvenil tarefa de todo o Partido, cabe a todos os escalões do Partido promover e intensificar as lutas dos jovens em defesa dos seus interesses económicos, políticos, culturais e outros.

2 — Que em todos os escalões do Partido, tendo em conta as condições concretas existentes, deve

ser encarada a constituição dos mais variados organismos e organizações de jovens (do Partido e unitários, ilegais, semi-legais e legais), com vistas à condução dessas lutas.

3 — Que a actividade dos jovens se deve basear fundamentalmente nos locais de trabalho e nas organizações de massas, incluindo os Sindicatos Nacionais.

4 — Que, embora se considere não existirem, no momento presente, condições para a criação ou existência duma organização política nacional legal da juventude progressista, se devem aproveitar os núcleos de organizações semi-legais existentes.

Sobre o trabalho militar

1 — A actividade do Partido nas forças armadas adquire no actual momento especial importância não só porque as forças armadas são a principal base de apoio da ditadura fascista e seu instrumento de repressão das lutas populares, como pelos preparativos febris do governo de Salazar para a guerra e, em particular, para acções repressivas em larga escala e guerras nas colónias portuguesas.

2 — A Comissão Política verifica que apesar da importância da actividade nas forças armadas, tem havido, já de há longos anos, um grave menosprezo por essa actividade. A Comissão Política lembra que o Informe de Organização ao V Congresso não abordou o problema militar, as resoluções do V Congresso não fizeram mais que aludir ao problema e, de então para cá, apenas foi publicado sobre ele um artigo no «O Militante». Nos organismos do Partido não se discute em geral o trabalho militar. As organizações não desenvolvem em geral actividade nas forças armadas dos sectores respectivos e não têm o cuidado de dar normalmente ligações para jovens que são incorporados. Como consequência é muito fraca a organização militar do Partido.

3 — Entretanto aumentam as condições favoráveis para o desenvolvimento da actividade do Partido

nas forças armadas. Ao descontentamento existente entre as camadas inferiores contra os baixos soldos e prês, contra o tratamento injusto por parte dos superiores e as suas arbitrariedades, contra as dificuldades de promoções, contra a alimentação, etc, somam-se, cada vez com maior intensidade, não só a repulsa dos elementos honestos das forças repressivas (GNR e PSP) pelas acções a que são constantemente obrigados e o descontentamento dos oficiais patriotas que vão ganhando consciência do papel que representam na manutenção dum regime anti-nacional e anti-popular, como o protesto da juventude portuguesa que vê na sua frente o caminho para uma guerra injusta e condenada à derrota contra os anseios de liberdade de outros povos.

Sabendo-se aproveitar tais condições favoráveis para um amplo trabalho entre os jovens soldados, marinheiros e aviadores, separando nitidamente a acção repressiva e odiada pelo povo de corporações como a GNR e PSP da posição individual dos seus elementos honestos e aproximando-nos dos elementos superiores que demonstram sentimentos patrióticos e uma compreensão da actual situação política, o nosso Partido pode desenvolver muito a sua organização militar e a sua influência no seio das forças armadas.



4— Com esse objectivo é necessário considerar a organização dos militares e a actividade entre eles como uma tarefa de todo o Partido. Em todos os sectores do Partido há normalmente forças armadas que é necessário conhecer, das quais é necessário aproximar-nos, às quais é necessário chegar o esclarecimento e a ajuda do Partido, as quais é necessário organizar. Torna-se preciso discutir normalmente esta actividade partidária.

Igualmente é de especial importância o estabelecimento de ligação para todos os jovens que vão cumprir o serviço militar bem como concretizar todas as indicações capazes de ajudar a organização partidária em todas as forças armadas. Todo o trabalho partidário entre as forças armadas deve ser caracterizado por um sectarismo reforçado que obriga a medidas orgânicas especiais que devem ser tomadas em todos os sectores.

Sobre o trabalho sindical

1— Salientando a enorme importância da luta junto dos Sindicatos Nacionais como meio da classe operária e restantes trabalhadores alcancem importantes vitórias reivindicativas de carácter económico e social, a Comissão Política chama a atenção de todo o Partido para as grandes debilidades do trabalho partidário neste terreno.

Se bem que sejam de assinalar alguns êxitos nos últimos tempos o facto mais saliente ainda é o menosprezo pelo trabalho sindical por parte das organizações do Partido. A subestimação deste importante aspecto do trabalho partidário durante largo tempo foi prejudicial ao Partido e às classes trabalhadoras. Modificar rapidamente esta situação é tarefa inadiável de todo o Partido sem o qual a mobilização, organização, e unidade da classe operária são grandemente prejudicadas.

2— A Comissão Política acentua que a actividade nos Sindicatos Nacionais não se pode limitar às eleições, antes deve ser uma forma corrente e constante da luta dos trabalhadores em defesa dos seus interesses imediatos fundamentais.

Esta acção pode e deve tomar várias formas:

a) A luta nos Sindicatos deve ser associada à luta nas empresas. Assim às lutas e concentrações nas empresas por aumento de salários e outras reivindicações, devem juntar-se deligências e concentrações nos sindicatos com vista a levar as direcções destes a apoiarem as reclamações dos trabalhadores;

b) Utilização das salas dos sindicatos pelos trabalhadores para reuniões amplas onde se discuta os seus problemas de classe;

c) Apoio à actuação das direcções favorável aos trabalhadores;

d) Desmascaramento das direcções fascistas ou de laçaios do patronato anichado nelas.

3— As eleições são um dos mais importantes aspectos da actividade nos Sindicatos Nacionais. Apesar das dificuldades de toda a ordem que as autoridades fascistas continuam levantando à escolha livre dos dirigentes sindicais, é em muitos casos possível eleger direcções de pessoas honradas.

Para isso deve ter-se particularmente em conta: a) A necessidade de interessar os trabalhadores nas eleições e levá-los a participar nas Assembleias Gerais respectivas;

b) A preparação cuidadosa da acção, na base do conhecimento das leis e estatutos, dos sindicatos,

da atenção pelas datas e prazos e da consideração das experiências, dos truques, burlas, falsificações e intimidações que as direcções fascistas e o INT e o próprio patronato reaccionário costumam praticar, tanto antes como durante as assembleias;

●) A elaboração com suficiente antecipação de listas de pessoas honradas e sua popularização entre a classe, não esquecendo que tanto os novos dirigentes propostos como os que subscrevem as listas devem ter a sua situação sindical regularizada e evitando (como um mal) a apresentação de mais de uma lista de pessoas honradas;

d) A actuação firme e habilidosa nas assembleias gerais, não abandonando a sala em resultado das provocações fascistas, e fazendo por impedir os atropelos dos fascistas quando estes dirigem as reuniões.

e) Que a luta para colocar pessoas honradas à frente dos Sindicatos Nacionais não termina com uma votação favorável pois é necessário posteriormente impor o respeito pela votação expressa, reagindo contra as tentativas para anular a eleição, adiar a posse, não sancionar a Direcção, nomear comissões administrativas e intimidar ou corromper os dirigentes eleitos;

4— A iniciativa para a formação de novos Sindicatos Nacionais e de secções de Sindicatos já existentes, bem como a eleição de delegados sindicais de empresa ligados às Direcções pode permitir uma rápida intensificação da actividade sindical.

5— Uma particular atenção deve ser dada à situação dos empregados dos Sindicatos, muitas vezes colocados nestes pelo patronato reaccionário e pelos fascistas e que se tornam verdadeiros «mandões» e espiões contra a Direcção dos sindicatos. Dado que os Estatutos com frequência determinam que os empregados são nomeados ou demitidos pelas Direcções dos Sindicatos, estas devem ser estimuladas pelos sócios para que exerçam de facto esse direito.

6— A formação de Comissões sindicais de empresa e de classe (por eleição sempre que possível), constituídas por trabalhadores honestos e com prestígio entre os seus companheiros é de grande importância para o desenvolvimento da actividade nos Sindicatos Nacionais. Isto não exclui que as Comissões de Unidade de empresas ou classe levem os trabalhadores a acções nos sindicatos, como reforço da acção junto do patronato.